

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA A MATERNIDADE E A INFANCIA
CNPJ Nº 07.609.365/0001-67
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 31/12/2022.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA A MATERNIDADE E A INFANCIA** - CNPJ nº 07.609.365/0001-67, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de assistência à saúde, de caráter beneficente, cultural e científico, de natureza filantrópica e de assistência social, que se rege pelo seu Estatuto Social e pela Legislação aplicável, com sede na cidade de Lavras da Mangabeira-CE, à ROD BR 230, S/N VIRGILIO DE AGUIAR GURGEL, 63.300-000, Portaria nº 903, de 2 de dezembro de 2022 do Ministério da Saúde que defere a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde publicada no Diário Oficial da União no dia 02/12/2022, tem por finalidade precípua proporcionar a assistência à saúde nos seus diversos aspectos, visando o bem estar da pessoa em todas as faixas etárias, assim como o amparo à infância, à juventude, às famílias e às pessoas idosas, sem discriminação racial, política ou credo religioso, dedicando-se, também, às obras de promoção humana.

NOTA 02 – DA PUBLICAÇÃO

A publicação das Demonstrações Contábeis e Financeiras está sendo divulgada na forma comparativa, em atendimento ao inciso IV do Art. 31 da Lei 187/2021, o Art. 41 do Decreto 8.242/2014, o parágrafo único do Art. 67 da Portaria nº 834 de 26/04/2016 do MS e as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, evidenciando os atos e fatos administrativos e contábeis ocorridos nos exercícios encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 que alteraram os artigos da Lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 – NBCT – 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

NOTA 04 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão anexadas a “ECD – Escrituração Contábil Digital” da Entidade e posteriormente enviada ao SPED. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 05 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) - (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Imobilizado:** Estão demonstrados aos custos de aquisição, corrigidos monetariamente, pela cindida, até 31 de dezembro de 1995, conforme legislação pertinente, não havendo sido depreciado pelo método linear às taxas preconizadas na legislação até 31/12/2003. No ano de 2011 foi realizado a Avaliação Patrimonial Bens Móveis e Imóveis como determina a Lei 11.638/2007 através do teste de recuperabilidade ajustando os valores a preço de mercado com base no Laudo, estando seus efeitos apresentados na Demonstrações

Contábeis, em acordo com a Legislação e Normas Contábeis pertinentes, bem como realizada a depreciação conforme preconiza a legislação, pelo método linear, e devidamente registrada conforme estabelece a Norma Contábil e Legislação vigente.

- c) **Aplicações Financeiras:** Estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.
- d) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, para cada exercício.
- e) **Provisão para Devedores Duvidosos:** A Entidade realiza a Provisão para Devedores Duvidosos, em acordo com a legislação vigente e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- f) **Depreciação:** Foram calculadas, conforme determina a legislação em vigor e as Normas Contábeis.
- g) **As Despesas e as Receitas** Foram apropriadas pelo princípio de competência e apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e outros documentos em conformidade com as exigências legais e fiscais, cumprindo assim todas as obrigações que são devidas pela Entidade.
- h) **Subvenções Governamentais:** Foram aplicadas nas finalidades a que se destinam.
- i) **Provisão Contribuição da COFINS:** A Entidade realizou a partir do ano de 2014 a Provisão Contribuição da COFINS, em acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16/08/2011 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, como se devido fosse.
- j) **Ajuste de Exercícios Anteriores:** São valores que correspondem aos verdadeiros atos e fatos de Exercícios anteriores registrados a débito e crédito em superávit ou déficits acumulados
- k) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência para o reconhecimento das receitas e para as despesas. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- l) **Patrimônio Social** O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superavits, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Ajuste de Exercício Anteriores e diminuído dos Déficits ocorridos, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil de Continuidade da Entidade.

NOTA 06 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2023	2022
TOTAL	333.969	96.606
CAIXA GERAL	106.572	5.583
BANCOS C/ MOVIMENTO - Sem Restrição	36.677	27
BANCOS C/ MOVIMENTO - Com Restrição	4.626	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS E POUPANÇAS - Sem Restrição	58.527	89.960
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Com Restrição	127.566	1.036

NOTA 07 - CRÉDITOS	2023	2022
TOTAL	6.875.424	249.112
SUBVENÇÕES, CONVÊNIOS E PROJETOS A RECEBER	6.215.373	158.372
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	513.268	-
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	115.188	89.379
TRIBUTOS A RECUPERAR	31.595	1.362

NOTA 08 - ESTOQUES	2023	2022
TOTAL	-	113.058
ESTOQUES DE MERCADORIAS/PRODUTOS/SERVIÇOS	-	113.058

NOTA 09 - IMOBILIZADO	2023	2022
TOTAL	1.233.524	1.208.724
IMOBILIZADO - Sem Restrição	1.813.214	1.788.415
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA - Sem Restrição	(579.691)	(579.691)

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES CIRCULANTE	2023	2022
TOTAL	2.665.536	463.364
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS - CIRCULANTE	466.651	131.406
FORNECEDORES - CIRCULANTE	1.171.005	272.111
HONORÁRIOS MÉDICOS - CIRCULANTE	2.400	-
CONTAS A PAGAR - CIRCULANTE	1.202	-
RETENÇÕES NA FONTE - CIRCULANTE	141.450	18.206
PROVISÕES - CIRCULANTE	821.745	41.641
PARCELAMENTOS TRIBUTOS - CIRCULANTE	61.084	-

NOTA 11 - RESULTADO	2023	2022
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	4.862.059	(1.033.480)
RECEITAS SERVIÇOS DE SAÚDE	18.298.307	5.084.182
(-) CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS - SAÚDE	(7.652.009)	(4.641.183)
DESPEAS OPERACIONAIS	(5.784.239)	(1.476.480)

NOTA 12 – RECEITAS SERVIÇOS DE SAÚDE	2023
TOTAL	18.298.307
RECEITA DE CONTRATOS DE GESTÃO	11.925.417
RECEITA DE CONTRATOS DE GESTÃO - ORÓS	11.925.417
RECEITA DE DOAÇÕES	1.234.339c
DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ESTADOS	1.228.500
DOAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE PESSOAS FÍSICAS	5.839
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	18.298.307
CONVÊNIOS - SUS	11.925.417
CONVÊNIOS - OUTROS	11.925.417

NOTA 13 - CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS - SAÚDE	2023
TOTAL	7.652.009
CUSTO DOS MATERIAIS APLICADOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	1.856.231
CUSTO DOS SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS	2.056.988
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERATIVA	3.738.790

NOTA 14 – DESPEAS OPERACIONAIS	2023
TOTAL	5.784.239
DESPEAS COM PESSOAL	4.076.983
SALÁRIOS E ORDENADOS	2.386.106
13º SALÁRIO	324.518
FÉRIAS	616.050
FGTS	268.314
AUTÔNOMOS	481.997
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	1.665.462
DESPEAS COM SUBVENÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	141
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PESSOAS JURÍDICAS	1.503.449
DESPEAS DE LOCAÇÃO DE BENS	4.250
DESPEAS COM ÁGUA/ESGOTO	59.696
DESPEAS COM ENERGIA ELÉTRICA	61.641
DESPEAS COM INTERNET/TELEFONE	3.824
DESPEAS COM MULTAS	9.337
DESPESA COM ENTIDADES DE CLASSES	2.125
DESPESA COM TAXAS E CARTÓRIOS	18.688
OUTRAS DESPEAS ADMINISTRATIVAS	2.311
DESPEAS FINANCEIRAS	13.018,07
DESPEAS DE JUROS E MULTAS	2.069,90
TARIFAS E SERVIÇOS BANCÁRIOS	10.948,17
DESPEAS TRIBUTÁRIAS	39.535,45
DESPEAS COM TRIBUTOS MUNICIPAIS	39.535,45
RECEITAS FINANCEIRAS	(10.760,49)
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(10.475,18)
DESCONTOS OBTIDOS	(285,31)

NOTA 15 – DOS RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

Os Recursos Financeiros necessários para a realização dos objetivos são provenientes de:

- I - Diárias Hospitalares, Serviços Ambulatoriais para os atendimentos aos pacientes do SUS e Particulares;
- II- Convênios (Poder Público);
- III- Contratos de Prestação de Serviços;
- IV- Donativos (Pessoas Físicas e Jurídicas);

NOTA 16 – CONVÊNIOS E CONTRATOS

A Entidade possui convênios na Esfera Estadual e Municipal, também Contrato de Gestão com município de Orós-CE

Convênio com o Governo do Estado do Ceará nº 131/2011 de 14/07/2011

Convênio SUS com a prefeitura de Lavras da Mangabeira-CE nº 01/2023, 02/2023, 03/2023, 04/2023 e 05/2023

Contrato de Gestão com a prefeitura de Orós-CE nº 2023.03.24.01-01

NOTA 17 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 18 – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais foram cumpridas nas datas aprazadas.

NOTA 19 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

A entidade atua na área saúde, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei Complementar nº 187/2021, é imune das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal, PIS sobre folha de salários e a COFINS sobre faturamento, abaixo os valores usufruídos:

INSS	R\$ 693.278,02
PIS S/FOLHA	R\$ 24.072,15
COFINS	R\$ 548.949,20
TOTAL	R\$ 1.266.399,37

NOTA 20 - DOS FINS FILANTRÓPICOS

Atendendo ao disposto no inciso II do artº 9º da Lei 187/2021, do inciso I do Art. 22 do Decreto 11.791/2023 e o item II do Art. 7º da Portaria nº 834 de 26/04/2016, nos Exercícios 2023 e 2022

a Entidade cumpriu a meta que representam valores superiores ao que determina a Legislação conforme fica demonstrado abaixo:

ITEM	2023
INTERNAÇÕES	
Total de atendimentos SUS	4.875
Total de atendimentos Não SUS	0
Soma das Internações	4.875
% Internações SUS	100%
AMBULATORIAL	
Total de atendimentos SUS	145.938
Total de atendimentos Não SUS	120
Soma dos atendimentos ambulatoriais	146.058
% Atendimentos Ambulatoriais SUS	99,92%

NOTA 21 – EVENTO SUBSEQUENTE

Não é de nosso conhecimento, até o encerramento das Demonstrações Contábeis, qualquer evento subsequente que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Entidade no próximo exercício.

NOTA 22 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Entidade aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação de 28 de abril de 2024.

Lavras da Mangabeira-CE, 31 de dezembro de 2023.

MIRIALDO LINHARES GARCIA

CPF.: 040.951.113-72

Presidente

LUANA DE ARAUJO9 NASCIMENTO MACEDO

CPF.: 017.338.733-09

Contadora CRC-CE 029064/O-0